

EDUCAÇÃO

Bloqueio deixa UnB com contas zeradas

Reitora Márcia Abrahão afirma que não há dinheiro para saldar despesas básicas. Governo reteve R\$ 366 milhões do MEC

» JÁDER REZENDE

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

O bloqueio de verbas para as entidades federais de ensino promovida pelo governo Jair Bolsonaro (PL) — que, na última quinta-feira, voltou atrás na liberação de R\$ 366 milhões que fizera horas antes — inviabilizará o funcionamento da Universidade de Brasília (UnB). O alerta é da reitora Márcia Abrahão, que aponta a impossibilidade de a instituição arcar com despesas básicas, como pagamento de contas de água, luz, vigilância, restaurante universitário e bolsas de estudo.

Segundo Márcia, só da universidade foram retirados R\$ 17 milhões, impedindo todos os pagamentos previstos até o final do ano. "Significa que não temos mais dinheiro para pagar nada, de bolsas de estudos a restaurante universitário e nem os projetos de pesquisa de professores", lamentou.

A reitora lembra que, neste ano, tanto a UnB como outras universidades e institutos federais estão repondo as aulas suspensas na pandemia, o que implica no grande volume de estudantes nos campi até o final de janeiro de 2023. "Conseqüentemente, termos mais despesas com restaurantes universitários e assistência estudantil, que serão inviabilizadas com os recursos que já estavam menores e agora foram cortados", salienta.



Márcia assegura que UnB não pagará de água e luz a bolsas de estudo com a retenção da verba, na última quinta-feira, para instituições federais de ensino

Na última segunda-feira, após o bloqueio orçamentário de R\$ 438 milhões ocorrido na metade do ano, o governo fez nova retirada de R\$ 366 milhões, praticamente inviabilizando as

finanças de todas as universidades federais e tornando ainda mais grave a situação orçamentária do sistema federal de ensino superior. A decisão da equipe do ministro da Economia,

Paulo Guedes atende ao Decreto 11.269/22, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo.

Calamidade

De acordo com a mensagem da área econômica, "unidades vinculadas ao MEC somente podem efetuar pagamentos

com os recursos que já possuem em suas disponibilidades financeiras" — aqueles que seriam relacionados a limites de empenhos liberados até novembro poderiam ser pagos. Integrantes do sistema federal de ensino superior reclamam da confusão e da falta de previsibilidade geradas pelo governo com os bloqueios de recursos. Segundo relatos, não tem sido possível saldar qualquer compromisso desde a última quinta-feira.

A equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) negocia na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição a retirada dos gastos do Bolsa Família do teto a fim de abrir espaço fiscal para fortalecer os orçamentos. Assim, haveria a possibilidade de aumentar o orçamento do MEC em até R\$ 12 bilhões. Lula pôs como prioridade a retomada do orçamento das federais e o aumento do programa de alimentação escolar, ampliando assim as transferências federais para redes de ensino.

A exemplo da divulgação da liberação dos recursos — feita pela Andifes — e do bloqueio horas depois — anunciado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) —, o MEC não se manifestou sobre a retenção dos recursos.

Para a Andifes, planejamento fica impossível

» MARCOS BRAZ*

Mais do que inviabilizar o funcionamento das instituições federais de ensino superior, os sucessivos bloqueios de recursos derruba qualquer tentativa de se realizar um planejamento administrativo. Para Ricardo Marcelo Fonseca, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais

de Ensino Superior (Andifes) e reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o calendário de pagamentos está comprometido.

"Não há planejamento que dê conta desses rombos. Na prática, as universidades estão com a conta negativa. Além de estar sem recursos para terminar o ano, alguns outros compromissos que já haviam sido assumidos ficam comprometidos. A

máquina fica desprovida de recurso muito antes do fim da previsão orçamentária", observa.

Fonseca afirma que, agora, não existe previsão de pagamento de qualquer despesa. "São pessoas humildes (os funcionários das universidades), podem passar o Natal com a possibilidade de não receber. Também luz, água, retirada de lixo e outros projetos entram nesse caos orçamentário", lastima.

Situação piora

Em contato com a Subsecretaria de Planejamento Orçamentário do Ministério da Educação (MEC), Fonseca foi informado sobre a devolução dos recursos retidos na segunda-feira, liberados na quinta e novamente bloqueados horas depois. "De maneira inacreditável, as universidades e institutos federais viram acontecer

uma reviravolta na questão dos bloqueios dos recursos. A rigor, a situação agora está pior, pois foram abrangidos empenhos anteriores que já tinham sido feitos. O tamanho desses cortes para as universidades, em plena reta final da nossa execução orçamentária, é uma situação inédita. O governo acaba no dia 31 de dezembro e a máquina pública precisa continuar girando. As universidades

precisam manter os seus compromissos", cobrou.

Segundo o MEC, o recuo foi depois de o ministério solicitar à Economia "nos meses de outubro e novembro, a ampliação do limite de pagamento das despesas discricionárias, mas as solicitações não foram atendidas".

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Brasil Pagina: 6